

OS ALIADOS NA BALANCA DA EUROPA

Harold Livermore

Quando o Dr Armando Marques Guedes publicou o seu livro *A Aliança Inglesa* em 1938, momento crítico para todos nós, disse que não havia uma história calma e objectiva dessa Aliança, e ofereceu-nos um resumo sem ponta de febre patriótica com a serenidade da História, e com o mínimo de comentários! Todo o inglês deve agradecer a honestidade da sua intenção assim como as palavras generosas da sua conclusão.

Na Inglaterra faz falta um estudo paralelo. O nosso primeiro catedrático de português, Edgar Prestage, deixou estudos de grande valor sobre os tratados e sobre relações anglo-portuguesas do século XVII, mas não escreveu nada sobre o século XIX, em parte porque a sua devoção aos temas portugueses nascera em 1890 e a crise deixou uma ferida permanente no seu espírito. Seja por prudência, seja por delicadeza, os escritores ingleses têm seguido o seu exemplo. Temos estudos sobre Wellington, Castlereagh, Canning; temos histórias da Guerra Peninsular; temos livros sobre a época pombalina, sobre a idade do ouro do Brasil, sobre os Methuen, sobre o comércio no século XVIII, sobre a Feitoria Inglesa, mas carecemos de um estudo geral sobre as relações luso-britânicas, especialmente na sua época mais gloriosa, a Guerra Peninsular, e no período mais complicado e difícil da pós-guerra. Ninguém duvida da importância daqueles anos no desenvolvimento da história moderna. A revolução americana deu um exemplo de organização política aos estados transatlânticos. A revolução francesa levou a Europa à beira da anarquia. E a revolução industrial (que não é revolução, mas a evolução rápida e a fusão de muitos processos combinados) abriu a boceta de Pandora, aquela caixinha que os deuses deram à noiva

que não sabia obedecer ao mandamento de a não abrir. Nós, filhos de Pandora, a Eva dos gregos, temos que existir com aquela herança, que se apresenta às vezes divina e às vezes nociva.

A nossa Aliança não tem precedentes na Antiguidade Clássica. A primeira grande figura histórica a pôr pé em Lisboa e em Londres ter sido Júlio César, mas em expedições sepradas. Para chegar às nossas Ilhas os romanos aproveitaram o Canal que nos separa das Gálias. Desde o século VIII a expansão islâmica encerrou o Estreito de Gibraltar, e o tráfico marítimo entre o Mediterrâneo e o Atlântico ficou suspenso durante quinhentos anos. Aqueles Cruzados, não só ingleses, mas europeus, que chegaram ao Porto em 1147 reuniram-se no cemitério da Sé (por não caberem na Igreja) para ouvir da boca do Bispo o apelo de Afonso Henriques para colaborar na conquista de Lisboa. O discurso foi traduzido em todas as línguas dos Cruzados, como se fosse a primeira sessão do Parlamento da Europa. Mas se depois os Cruzados puderam continuar a sua viagem à Terra Santa foi porque vinham em grande número e com armas. Só um século mais tarde, com a reconquista de Sevilha e do Algarve, seria possível abrir a carreira entre Mediterrâneo e Atlântico à navegação pacífica. Aquele primeiro acordo negociado no Porto anuncia desde longe os tratados do século XIV. Mas é com a chegada dos ingleses a Bordéus, terra adquirida não por conquista mas como consequência de um casamento real, que os nossos destinos começam a ser entrelaçados. E ainda antes dos tratados políticos o Rei Eduardo III fez um acordo com a gente do mar do Porto para proteger o seu comércio e assegurar a pronta resolução de disputas comerciais.

A Aliança é portanto uma consequência do vasto processo histórico que também deu origem ao ciclo dos descobrimentos portugueses, à ocidentalização da Europa e ao aproveitamento da bacia do Atlântico. Esta expansão atingiu o seu grau mais alto no século XIX, quando os portos do Atlântico, de modestos abrigos de pescadores, constituíam uma vasta rua de armazéns e lojas de ambos os lados do oceano, muitas delas com nomes de sociedades portuguesas: Porto, Lisboa, Punchal, Bahia, Rio de Janeiro, Santos. Mas as instalações transatlânticas, antes sucursais das empresas europeias, começam a organizar-se como entidades independentes, mais extensas

e populosas do que as da Europa.

Na sociedade feudal, muito esquemática, os comerciantes não gozavam de grande prestígio. Os procedimentos que nós consideramos como direitos naturais eram privilégios concedidos pelo monarca ou pelos seus magnates. Ainda no século XVI o estadista francês Sully considerava a agricultura e os gados como a única riqueza do Estado, 'labourage et pâturage sont les deux mamelles de la France'. A imagem de uma mãe que nutre os filhos é poética mas anacrónica. Para os fisiocratas a metáfora era diferente: o Estado é uma árvore, as raízes a agricultura, o tronco o povo, as folhas o comércio. Mas na realidade, o dinamismo, a vitalidade do Estado são mantidos pelo intercâmbio, pelo comércio: sem a seiva dos transportes, as folhas caem.

Entre os ingleses insiste-se, como é natural, nos aspectos económicos da Aliança. O estudo das relações luso-britânicas começa com o economista Adam Smith, que em 1770 dedica um capítulo da sua *Riqueza das Nações* ao Tratado de Methuen. Quando os velhos tratados são renovados em 1700, o regime comercial é actualizado, e durante o século XVIII a Inglaterra comprou 75 por cento do seu vinho em Portugal, e os lanifícios ingleses constituíam a mesma proporção das exportações para Portugal. O deficit é coberto pelo ouro do Brasil. É possível que Methuen tivesse informações sobre o descobrimento do ouro, mas é totalmente impossível que adivinhasse a importância que tomaria a sua extracção nos cinquenta anos que se seguiram. Como demonstrou o Professor Fisher, o predomínio inglês explica-se pela técnica comercial e financeira desenvolvida por indivíduos negociando por sua própria conta. A feitoria dos ingleses era uma associação livre, não uma companhia do Estado, e os métodos aprendidos em Portugal no século XVIII são os precursores do capitalismo do século XIX, como a burguesia pombalina é a precursora da nobreza comercial do liberalismo Português.

Adam Smith critica o tratado de Methuen porque dera uma importância excessiva ao metal precioso, cuja acumulação impediria o desenvolvimento da riqueza verdadeira, o trabalho, a produção industrial e o intercâmbio. O economista americano Earl Hamilton verificou as consequências dos metais preciosos na economia da Espa-

nha, promovendo uma subida constante de preços, a importação excessiva de produtos estrangeiros e a ruína da indústria espanhola. Não creio que o argumento valha para Portugal. A política de Pombal combatera o declínio industrial e fomentou outras fontes de riqueza no Brasil. E também a prata mexicana e peruana fora empregada em sustentar as guerras europeias de Carlos Quinto, enquanto no século XVIII a Europa conheceu largos períodos de paz.

A 'balança da Europa' é o resultado dos tratados que põem termo à guerra da Sucessão Espanhola. Desaparecido o predomínio do Habsburgos, os Bourbons pretendiam estabelecer uma nova hegemonia na Europa, despertando a oposição da Áustria, da Inglaterra, de Portugal e de outros países. Depois de uma luta prolongada, a solução vem a ser o reconhecimento de Filipe V como rei da Espanha, mas com muitas concessões, inclusive a separação permanente das coroas de França e da Espanha. O equilíbrio consiste na desistência de qualquer hegemonia política ou militar na Europa.

Para Portugal os augúrios eram favoráveis. A população passou de dois milhões a dois milhões e meio. No Brasil o ritmo foi ainda mais rápido, em parte por causa da imigração forçada dos africanos, mas também porque a agricultura dava melhores condições de vida que as minas. O transporte dos produtos coloniais estimulou a construção naval. O equilíbrio europeu tornou possível a paz com a Espanha, selada com o casamento de D. Bárbara de Bragança e Fernando VI, bom casamento que, por não ter filhos, não levantou problemas de sucessão.

Mas as rivalidades banidas da Europa transferem-se para a América. Entre Portugal e Espanha disputa-se o comércio do Rio da Prata e o legado dos jesuítas no Paraguai. Entre a Inglaterra e a Espanha disputa-se, entre outras coisas, o tráfico negreiro. Entre a França e a Inglaterra, a posse do Canadá. O resultado destes conflitos é a militarização das Américas. As colônias inglesas, com a maior população de europeus de toda a América, sempre gozando de um alto grau de autonomia e conservando reminiscências da República Inglesa, conceberam a ideia de um Mundo Novo livre das lutas da Europa, que atribuíam à monarquia e à aristocracia, instituições estranhas à sua maneira de viver. Na Inglaterra a rebelião e separação das colônias chocou as classes dirigentes, mas muito menos as

classes comercial e popular. Portugal manteve uma correcta neutralidade, não sem ponderar as possíveis consequências para o Brasil. Na Espanha, tanto a rebelião das colónias inglesas como os motins dos Incas motivaram a militarização dos governos coloniais. Quando em 1776 Carlos III criou o novo vice-reino do Rio da Prata, enviou um exército de 19000 homens, o maior jamais visto na América Espanhola, para tomar a Colónia do Sacramento e povoar a nova capital. Como a região tinha poucos recursos naturais, foi doada com a metade do Peru com as suas minas, sendo desde então o centro de exportação da prata. A conversão desta pequena praça numa cidade importante estimulou o interesse de portugueses, ingleses, americanos e franceses. A recente transferência da capital do Brasil para o Rio de Janeiro, feita para controlar a exportação do ouro, recebia uma significação maior com a criação desta nova fronteira numa região já muito disputada.

Quando estalou a Revolução Francesa, a Aliança existia nos termos negociados no princípio do século, mas em circunstâncias muito diferentes. A França, modelo do absolutismo, adoptou o sistema contrário. A anarquia, experimentava uma série de improvisações, com um só facto constante, a pretendida hegemonia da Europa, seja pela exportação da revolução, seja com um novo absolutismo, disfarçado com roupagem romana. A reacção dos Aliados parece idêntica. Em Portugal o absolutismo de Pombal já impusera reformas favoráveis às classes comerciantes e liberais, e limitara os poderes da antiga nobreza. Evoluia portanto para uma solução moderada. A atitude das classes dirigentes vinha do horror provocado pelos excessos revolucionários. Na Inglaterra um regicídio entre franceses parecia o resultado natural das paixões exageradas de uma raça que carecia de fleugma; é prova da inferioridade das instituições francesas: entre nós o regicídio era *déjà vu*. O horror que inspirava era combinado com a ameaça que trazia ao equilíbrio estabelecido em Utrecht. A potência mais directamente afectada foi a Espanha, onde Carlos IV se considerava chefe, e portanto defensor, da dinastia dos Bourbons. Em Portugal os Braganças acabavam de se comprometer com um novo enlace com a monarquia espanhola, negociado em 1785, mas consumado só em 1790, com o casamento de D. João e D.

Carlota Joaquina. Em face da Revolução Francesa Luís Pinto de Sousa Coutinho teve que harmonizar a Aliança Inglesa com o enlace espanhol. Entrando na campanha do Roussillon como aliado de Godoy, sofreu as consequências da derrota dos espanhóis, a Paz de Basileia (1795) e o Tratado de S. Ildefonso (1796) que o obrigavam a adoptar uma pretendida neutralidade. A França não deixou de explorar esta divergência dos Aliados.

Se a vitória das tropas francesas deve alguma coisa ao entusiasmo popular, também deve muito à disciplina inculcada nas academias militares do Antigo Regime. Os oficiais aristocráticos desapareceram com a guilhotina e a emigração, abrindo a carreira a jovens de famílias menos ilustres. Tanto Wellington como Beresford estudaram em academias francesas. Mas se a guerra na América obrigou os ingleses a reconhecerem o valor do entusiasmo popular e patriótico, não perceberam imediatamente a necessidade de reformas militares em parte porque a luta na América teve condições especiais. Em Portugal, o sistema de defesa territorial ainda obedecia às exigências vigentes na época da Restauração, com o recrutamento nas mãos dos capitães-mores, sem comissariado central, e com insuficiência de cavalaria e de caçadores. O Marechal-General, Duque de Lafões, grande figura da cultura, não queria, nem podia, por causa da sua idade, promover as reformas urgentes. A Inglaterra mandara em 1797 algum dinheiro e uma força de 6000 homens, a metade deles emigrados franceses, recentemente expulsos da França, cujos chefes, apesar de realistas, eram, segundo o general inglês Stewart 'inúteis e intrigantes.' Foi preciso chamar um alemão, o Príncipe de Waldeck, que morreu em Lisboa sem ter conseguido nada, e logo o Conde de Goltz, que fez as suas recomendações e desapareceu. Só depois da Guerra das Laranjas foi dimitido Lafões, e D. João de Almeida formou um comité com o francês de la Rosière, o escocês Forbes e o alemão Goltz, internacional demais para efectuar reformas. Mas o seu secretário, Pereira Forjaz, seria o grande administrador português e colaborador de Beresford durante a Guerra Peninsular.

Durante os primeiros dez anos, a Aliança não foi posta em questão. O grande problema era a defensibilidade de Portugal, ques-

tão bastante agitada nos círculos militares. A Guerra das Laranjas demonstrou a inutilidade do sistema antigo e a relutância de Godoy em administrar tropas francesas. Mas o período mais crítico para a Aliança não vem da guerra, mas da Paz de Amiens. A Paz salvaguardou a situação de Portugal, mas admitiu pela primeira vez um general francês em Lisboa. A missão do General Lannes era de anular a Aliança com exigências constantes com o pretexto de impor uma completa neutralidade. Os emigrados franceses perdem os seus regimentos, sem os quais muitos deles não tinham recursos para viver. Depois de um exílio prolongado, começavam a perder a fé numa restauração legitimista, comunicando as suas dúvidas a amigos portugueses. Com a demissão de Pina Manique, não há obstáculo à propaganda francesa, nem às sociedades secretas. E a paz trouxera uma grande expansão do comércio luso-francês, sobretudo nos produtos coloniais distribuídos em Lisboa.

Na Inglaterra, a política de Pitt, de resistência total, produziu uma certa desilusão. O caminho da vitória não era fácil de encontrar. Mas a Paz, que durou apenas um ano, revelou a incapacidade do partido menos intransigente. Se a revolução francesa dividira o país, a nova hegemonia napoleônica unificou-o. O problema da defensibilidade de Portugal ficou por resolver. Quando D. João de Almeida faz um novo apelo, invocando a Aliança, o governo inglês mandou o Coronel Stewart para estudar o problema. O relatório de Stewart foi bastante negativo, e trouxe a demissão de D. João de Almeida, que foi seguida pela de D. Rodrigo de Sousa Coutinho, e a volta dos neutralistas, chefiados por Antônio de Araújo de Azevedo.

A confusão daquele momento é revelada pela atitude de indivíduos. Para os ingleses de hoje é difícil tomar a sério a maçonaria como força política. Num livro recente, o Dr. J. M. Roberts estuda muitas sociedades secretas nascidas no século XVIII, sem chegar a nenhuma explicação geral excepto a vontade de comunicar ideias heterodoxas em sociedades onde a associação era poribida ou controlada. Vou mencionar o caso do Duque de Sussex, Augusto Frederico, sexto filho de Jorge III, residente em Portugal desde Janeiro de 1801 até Agosto de 1803. O príncipe era a primeira vítima

duma lei do pai, o Royal Marriages Act, que submetia os filhos à vontade do pai para assegurar a sucessão protestante. Rapaz de aspecto forte mas de peito fraco, foi enviado para a Alemanha para estudar, e foi iniciado numa loja aristocrática de Berlim. Passou então à Itália, onde se enamorou (numa igreja) da filha de uma viúva nobre mas empobrecida, e casou com ela, sem testemunhas, com a cumplicidade de um clérigo protestante. Chamado pelo pai a dar contas, o Príncipe recusou o real mandato para se separar da esposa, que lhe dera um filho. O monarca recorreu à lei para anular o casamento, manifestamente irregular, e o filho foi mandado a Portugal para aliviar a sua asma crônica e para quebrar o seu espírito. Hospedado pelo Príncipe Regente nas Necessidades, e acompanhado por um médico e um tutor, ou espião, que detestava, meditou vingar-se, convertendo-se ao catolicismo. Não o fez, mas aliou-se ao seu confrade Gomes Freire no incidente dos Motins do Campo de Ourique, o que motivou a sua partida de Portugal. Cometeu também a imprudência de ajudar o brasileiro da Colônia do Sacramento, José Hipólito da Costa, iniciado nos Estados Unidos, que depois da sua evasão da Casa de Correção de Lisboa, fugiu para Londres, onde se instalou na casa do Duque como secretário particular e publicou um livro, muito exagerado, descrevendo os seus alegados sofrimentos e editou a *Correio Braziliense*. O Duque, apesar do seu divórcio forçado, manteve-se leal à esposa até à morte dela, e cultivou o estudo não só da maçonaria mas de todas as religiões, formando uma vasta biblioteca, que o Museu Britânico não quis adquirir. Foi o tio predilecto da Rainha Victória, que o estimava muito mais que os outros tios, tristes coroneis de regimentos de elite, destino normal dos segundogênitos reais. Não duvido da sinceridade do Duque quando disse: 'Se posso fazer qualquer coisa para consolidar a união dos nossos dois países, considerarei a minha residência aqui como um dos períodos mais felizes da minha vida'.

Se menciono o incidente é para acentuar a importância de caprichos e opiniões particulares numa época que os historiadores querem submeter a teorias e abstracções mais ou menos remotas da realidade. O peito fraco do Duque não era isento de consequências históricas.

A partida da Família Real portuguesa para o Brasil abre um capítulo novo na história da Aliança. Em Outubro de 1807, quase simultaneamente assina-se em Paris um acordo secreto entre a França e a Espanha para o desmembramento de Portugal, e em Londres entre Portugal e a Grã-Bretanha um outro acordo, também secreto, para o envio de tropas inglesas para defender a Madeira. O símbolo da independência é naturalmente a Casa de Bragança, e a continuidade da Aliança é expressa em outro tratado. A Inglaterra compromete-se a não reconhecer como rei de Portugal qualquer príncipe que não fosse o legítimo representante da casa reinante. É uma adaptação dos antigos tratados, feitos numa época em que nem se sonhava com a existência do Brasil, mas exigida pelas circunstâncias actuais. Na Baía D. João respondeu ao pedido de um economista brasileiro, Silva Lisboa, mais tarde Visconde de Cavru, declarando abertos os portos do Brasil ao comércio internacional. A decisão não tem nada que ver com os privilégios ingleses, sendo tomada em Fevereiro, quatro ou cinco meses antes da chegada de um ministro inglês ao Rio de Janeiro. Naquele momento ninguém podia prever a recuperação de Portugal que parecia muito distante. A preocupação principal da corte portuguesa foi a sua própria instalação no Brasil. Quando se negociaram os Tratados de 1809 e 1810 a libertação de Portugal podia-se considerar certa, de forma que o conteúdo dos acordos incorporava condições já tradicionais em Portugal. A oposição brasileira nasceu da decisão de Canning de insistir na supressão do tráfico negreiro e da acção imprudente de alguns capitães ingleses que provocou uma crise económica na Baía. O tratado de 1810 foi anulado em 1815 sem afectar a Aliança. Quando em 1823 o encarregado português Moraes Sarmento invocou o tratado de 1810, Canning respondeu que aquele tratado não estava em vigor, mas que a Grã-Bretanha tinha a obrigação de defender Portugal pelos tratados antigos, reconhecendo assim o valor permanente dos velhos tratados acima dos acordos mais recentes.

Não vou fazer comentários sobre a Guerra Peninsular nem sobre a carreira militar do Marechal Beresford¹. Para a história da Aliança o período que oferece mais dificuldades históricas é talvez a década que vai de 1814 a 1823. O estudo dos problemas po-

líticos é complicado pela dispersão dos documentos portugueses e a ausência da corte no Novo Mundo. A guerra terminou em Toulouse numa batalha que Beresford considerava uma das grandes vitórias da sua carreira, mas é uma vitória esquecida pelos historiadores porque Napoleão abdicara dois dias antes. Os exércitos aliados separaram-se com cenas emocionais, e os portugueses empreenderam a marcha de Bayona a Portugal. Todos supunham que D. João voltaria para ocupar o palácio da Ajuda, ainda por terminar. Beresford voltou a Lisboa para entregar o seu mandato a D. João: o Almirante Beresford, seu irmão, foi ao Rio de Janeiro para acompanhar a Família Real, e Canning, nomeado embaixador especial, chegou a Lisboa para a receber. Mas o Almirante teve que regressar sem a Família Real, mas com Strangford. As circunstâncias da decisão ou indecisão de D. João ficaram mal explicadas. Strangford culpou António de Araújo, que qualificou de francófilo e inimigo dos ingleses. Mas Beresford nada amigo de colaboracionistas - convenceu-se de que a culpa foi de Strangford, a quem atribuía todos os erros da política inglesa no Brasil. Araújo parece ter culpado o seu antecessor, Sousa Coutinho, por ter complicado demais a situação no Rio da Prata. Em todo o caso o assunto foi complicado pela escapada de Napoleão. As potências vitoriosas comprometeram-se a suprimir o napoleonismo, mas, quando os transportes ingleses chegaram a Lisboa para receber um contingente português, os Regentes proibiram o embarque alegando a falta de autorização real.

O mandato de Beresford, confirmado pelo Príncipe Regente, era de dar a Portugal um bom exército digno da fama justamente adquirida durante a guerra. Se soubesse que D. João não voltava, teria pedido com certeza um regimento mais exacto. Os Regentes despediram as milícias e ordenanças e careciam de fundos para pagar as tropas regulares, ficando suprimido o subsídio inglês com o fim da guerra. Como Marechal de Portugal Beresford manteve correspondência com Wellington, chefe das forças de ocupação na França, mas com o governo inglês só tratava de assuntos relativos à guerra passada e à situação anômala dos oficiais ingleses. Não tomou cidadania portuguesa até 1819, mas não foi informado da política de Castlereagh com respeito ao Brasil: quando perguntou a Canning, a-

inda em Lisboa, qual era o estado das relações anglo-portuguesas, Canning respondeu que o governo do Rio de Janeiro não colaborara na campanha de Waterloo por causa da grande distância que o separava da Europa. Supunha que se D. João não vinha à Europa, devia delegar poderes suficientes num representante na Europa: a balança da Europa não podia ser mantida de fora do continente. O Brasil foi elevado à categoria de reino em Dezembro de 1815, mas Castlereagh não nomeou um sucessor de Strangford, deixando só um encarregado de negócios no Rio.

Se D. João queria um bom exército, era em parte porque o problema da fronteira meridional do Brasil carecia de solução. Quando Beresford foi ao Brasil, foi para receber a divisão de voluntários que devia ocupar Montevideu e a Banda Oriental. Beresford ficou um ano no Brasil. As cartas que escreveu de lá são poucas, mas percebeu a grande dificuldade que haveria em persuadir o Príncipe Regente em voltar: a única pessoa capaz de o representar seria o filho, D. Pedro, que tinha só dezassete anos e era de um temperamento muito diferente do do pai. A permanência de Beresford foi prolongada pela morte de Dona Maria I, seguida de um período de luta e a suspensão dos negócios na corte. A política de Araújo era estabelecer as fronteiras do Brasil, e criar alianças com a Espanha e a Áustria. A paz com a Espanha seria assegurada pelo casamento das duas princesas com príncipes espanhóis.

Beresford voltou à Europa na mesma ocasião da partida das duas princesas, convencido do erro de Castlereagh em deixar de enviar um ministro ao Brasil. Vinha armado dos poderes que precisava para manter o exército português. Mas quando as províncias argentinas proclamaram a sua independência em Tucuman em 1816, o General Lecor ocupou Montevideu não para manter a balança da Europa, mas para criar uma nova balança na América do Sul. A influência das duas princesas portuguesas não era suficiente para suavizar a irritação de Fernando VII, e Beresford teve que contemplar a possibilidade de um ataque espanhol a Portugal como represália.

Para Castlereagh, obrigado a conciliar os interesses das potências vitoriosas, a única maneira de assegurar a paz na Europa e de restaurar a antiga balança era a renúncia da hegemonia, era a não-intervenção. Não se tratava de suprimir movimentos populares

(ou não populares) mas de garantir a independência dos estados por uma auto-disciplina mantida pela unanimidade das quatro potências, ou pelo menos por compromissos aceites por elas nos seus congressos. Era um ideal difícil de realizar, e talvez impossível depois da restauração da França com os seus antigos inimigos. A França devia inevitavelmente procurar recuperar o seu prestígio por meio de combinações políticas. O Imperador russo já patrocinara a Santa Aliança para defender o absolutismo integral em nome da religião cristã na sua forma bizantina, sempre eivada de cesaropapismo. A posição russa encontrou apoio na Prússia, a Alemanha do Este, e, com um certo cinismo, na Áustria. O Imperador russo queria considerar o seu milhão de baionetas como o exército da Europa, mas a Áustria, que interviria na Hungria ou na Itália, não veria com indiferença a passagem dos cossacos por Viena. Neste contexto, é interessante notar a frase de Garrett: 'a emancipação da América, a Revolução Francesa e o engrandecimento da Rússia têm tornado impossível o antigo equilíbrio a que todavia adere a teima de muitos gabinetes'. Garrett percebe a futura balança entre dois estados fora da Europa clássica que agora detêm o equilíbrio mundial. E acrescenta: 'Na Europa um só povo do antigo mundo se isola completamente das forças eléctricas da revolução porque já era livre.'

Mas sete anos antes do livro de Garrett, a Europa inteira parecia cambalear à beira duma nova crise geral. Na Inglaterra a rápida industrialização provocada pela guerra foi seguida de um período de calma e de restituição, e logo de uma crise económica, que lembra a da Europa em 1919. Wellington em 1819 prevê uma série de distúrbios culminando na guerra civil, não na Espanha, nem em Portugal, mas na própria Inglaterra: 'não somos muito longe de motins locais e simultâneos em sítios diferentes calculados a produzir um levantamento geral.' Se os 'jacobinos' pudessem penetrar as forças armadas, seguiria a anarquia: mandou dispor tropas nas cidades mais importantes da Inglaterra. No Brasil a crise já aparecera em 1817. D. João, agora D. João VI, esperava declarar o seu Reino Unido simultaneamente em todas as suas capitais para celebrar a sua aclamação em Abril de 1817. O casamento de D. Pedro com D. Leopoldina dar-lhe-ia netos para continuar a dinastia e permiti-

tir-lhe-ia adiar o problema político. Mas naquele momento estalou a revolução em Pernambuco, obra de um grupo de militares aliciados por uma sociedade secreta contra um governador autoritário. O governo do Rio de Janeiro pediu reforços a Portugal, e Beresford mandou-os apesar de persistentes tentativas para fomentar a deserção, espalhando rumores entre as tropas. Como ele próprio disse, não seria fácil repetir a tarefa.

A existência de outra tentativa de revolução em Portugal foi denunciada a Beresford no mês de Fevereiro. O Marechal, depois de consultar três portugueses eminentes, entregou as deposições aos Regentes, com os resultados que todos conhecem. O processo foi dirigido pelo intendente de polícia sem a intervenção do Marechal, a inspiração maçônica era evidente². Era evidente que a revolução não podia vingar sem a participação de oficiais de alta patente. Beresford ficou convencido que a conspiração fora organizada na Espanha ou com colaboração estrangeira, mas, se os Regentes descobriam mais, não lhe disseram nada.

A morte de Antônio de Araújo deixou a corte do Rio de Janeiro quase desprovida de ministros com experiência dos assuntos europeus. Palmela, que tomou a direcção dos Negócios Estrangeiros, não visitou o Brasil até depois da revolução de Setembro. A ocupação de Montevideo foi resolvida com a explicação de que era uma medida temporal que seria terminada quando a Espanha pudesse enviar uma expedição e compensar Portugal pelos gastos da sua intervenção (condições que não se realizaram). A revolução espanhola do primeiro de Janeiro de 1820 trouxe a confrontação entre a Santa Aliança e os radicais, crise acentuada pela revolução de Nápoles. Castlereagh persistira na política de não-intervenção, e o seu suicídio nas vésperas do Congresso de Verona não deve ser alheio ao colapso do sistema que patrocinara. A revolução espanhola começou em Cádiz, onde os conspiradores, antigos políticos do regime de 1812, trabalhavam entre tropas destinadas a restaurar a monarquia dos Bourbons na América. O êxito do golpe dependia de um chefe militar, o Brigadeiro Riego, e estava a ponto de falhar em Março quando Fernando VII demitiu os seus ministros e aceitou as consequências da revolução. Naquele momento Beresford tomou a decisão de ir ao Brasil para explicar a situação de Portugal, pedir dinhei-

ro e rogar a D. João que autorizasse as medidas necessárias. Beresford esperava ir e voltar em poucas semanas, prazo quase impossível à luz da sua visita anterior. Comunicou a sua decisão a Wellington, que lhe escreveu recomendando que não deixasse Portugal. Mas Beresford partiu, depois de receber promessas pelo menos de alguns oficiais, de que haveria tentativa de desordem durante a sua ausência. Esteve mais de um mês no Rio de Janeiro, voltando em Agosto com algum dinheiro e os poderes que pedira. O seu barco passava o Equador quando se deu a revolução de Setembro no Porto. Ao chegar a Lisboa foi-lhe proibido desembarcar, e continuou para a Inglaterra, entregando o dinheiro que trouxe às autoridades competentes em Lisboa.

O entusiasmo que despertou a revolução de Setembro resultou da coincidência de interesses de um pequeno grupo de reformadores e de oficiais desejosos de obrigar D. João a regressar a Portugal. Para alguns escritores a revolução de Setembro tem sido vista como uma derrota para os ingleses, com o fim de um protectorado. A verdade é que desde 1814 os governos ingleses chamaram a atenção dos ministros portugueses no Brasil para a necessidade de restaurar a autoridade da Casa de Bragança em Portugal, com a presença do monarca ou do seu delegado. A Aliança na forma que tomou desde 1808 garantia a soberania e a independência da Casa de Bragança, conforme os termos dos tratados. Se D. João tivesse tomado a decisão antes de 1820, teria evitado o perigo de uma intervenção da parte da Santa Aliança. Com o suicídio de Castlereagh, Wellington teve que representar o seu país no Congresso de Verona, convocado para justificar a intervenção austríaca na Itália, mas de facto dominado pela questão da revolução espanhola. Wellington ouviu da boca do Imperador Alexandre a sua desconfiança dos franceses e a sua ansiedade para intervir no ocidente com baionetas russas. Nem Wellington, nem Canning, que voltava ao Foreign Office depois de uma ausência de quase dez anos, podia impedir a intervenção francesa na Espanha que tornou inevitável a separação e reconhecimento da independência da América espanhola, em circunstâncias muito diferentes da associação dinástica entre o Portugal e Brasil.

Não cabe aqui comentar a política de Canning, o ministro

inglês de maior influência entre o suicídio de Castelreagh e a sua própria morte em 1827, mas as circunstâncias que acabo de esboçar são essenciais para chegar a uma visão da sua actuação livre de 'ponte de febre patriótica.' A política inglesa não está isenta de inconsistências aparentes. Se Wellington proíbe as manifestações maçônicas aos oficiais do exército inglês em Portugal é porque são ilegais em Portugal; se o governo inglês tolera a publicação do *Correio Braziliense* é porque a sua supressão é ilegal na Inglaterra. Não há paralelo entre as duas coisas. Como disse o Dr. Marques Guedes, o estudo das relações luso-britânicas está por fazer. É um estudo que se impõe num momento em que a nossa Aliança entra, com uma vida de seis séculos, na nova comunidade europeia, não postergada, mas com novas perspectivas para o futuro.

NOTAS

- 1 - Quero mencionar um incidente que julgo inédito com referência à Junta do Porto. Depois das vitórias do Vimeiro e Roliça, quando se negociava a convenção de Sintra, havia no Tejo uma frota russa. Os ingleses não sabiam qual seria a atitude dos russos sempre enigmática. Mas não fizeram nada. Por casualidade vi em Lisboa o ano passado um documento da Junta do Porto lembrando ao almirante russo a existência de um tratado entre Portugal e a Rússia: não havia tempo para consultar o Rio de Janeiro nem S. Petersburgo, portanto o almirante não devia fazer nada sem o consentimento do Imperador. Esta carta explicaria a inactividade dos russos.
- 2 - As execuções tiveram lugar em Outubro. O Principal Sousa, a figura mais forte e activa da Regência morrera no dia 1 do mesmo mês.
- 3 - Beresford já insistira muitas vezes na necessidade de acabar com os atrasos, dizendo que um exército vitorioso de cavaleiros de grande espírito não se deixaria defraudar pelas hesitações de um governo. Wellington já observara o perigo de criar uma classe de oficiais sem outra fortuna que o seu soldo militar. Os aristocratas tinham o mesmo preconceito contra os 'soldados de fortuna'

